

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 27/Out

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2869/2022



A VOZ DOS VIGILANTES



BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió -OUTUBRO/2022- Edição nº 25

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257

ALAGOAS



PRESIDENTE DO SINDVIGILANTES/AL PARTICIPA DE REUNIÃO NO TJ-AL PARA DISCUTIR PRÁTICAS ANTISSINDICAIS NA PREFEITURA DE MACEIÓ

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas José Cícero Ferreira acompanhou, nesta terça-feira (25), a presidenta da Cut Alagoas, Rilda Alves, juntamente representantes sindicais da saúde, em reunião com o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), desembargador Tutmés Airan, para que o órgão possa intermediar o diálogo com a Prefeitura de Maceió a respeito das práticas antissindicais que vêm sendo executadas pela mesma.

Participaram da reunião representantes do Sindicato dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Maceió (Sindsaúde), do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Alagoas (Sindacs-AL), da Associação dos Agentes de Combate às Endemias de Maceió (AACEM) e do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Alagoas (Sindacs).

É importante que o trabalhador fique atento e denuncie ao perceber que está tendo sua liberdade de reivindicar direitos cerceada. As práticas antissindicais não ocorrem apenas contra o dirigente sindical, mas contra o trabalhador, a partir do momento em que ele é proibido pelos patrões de se associar a uma entidade que o represente e o defenda.

Em vídeo, Bolsonaro confessa que quer cortar 25% dos salários dos servidores



**BOLSONARO
NAO MEXA
NO MEU SALARIO**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se atrapalha ao tentar diminuir o estrago eleitoral causado pelo vazamento da informação de que, se ganhar a eleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) vai corrigir o salário mínimo e as aposentadorias abaixo da inflação. Guedes disse que quer apenas desindexar a economia, o que significa a mesma coisa, ou seja, os salários – tanto de aposentados quanto de trabalhadores que ganham o piso nacional – não seriam reajustados pela inflação passada. E isso em um momento em que o poder de compra dos trabalhadores perde de dez a zero para inflação.

E a tentativa de desmentir o arrocho salarial ficou ainda mais difícil após vazarem nas redes um

vídeo em que Bolsonaro fala textualmente que a ideia é cortar em 25% os salários de todos os servidores públicos do país, sejam eles federais, estaduais ou municipais, que já estão há quatro anos sem nenhum reajuste, com renda congelada.

Salário mínimo arrochado

Se a regra de correção do salário mínimo pela meta da inflação e não pela inflação passada tivesse sido aplicada desde 2002, o salário mínimo, atualmente seria de R\$ 502, segundo cálculo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made).

Mas 2002 foi o ano de mudança, o ex-presidente Lula (PT) ganhou a eleição e rapidamente implementou a Política de

Valorização do Salário Mínimo, que reajustava o valor acima da inflação. Com essa política, o mínimo teve 77% de valorização até 2016, quando um golpe destituiu a presidenta Dilma Rousseff.

Bolsonaro acabou com essa política e o trabalhador perdeu R\$ 1.058 de renda, segundo postagem da jornalista de economia, Miriam Leitão, em seu perfil no Twitter.

PECs dos cortes de 25% nos salários

Bolsonaro confessou seu desejo de cortar salários dos servidores e duas propostas de emendas à Constituição (PECs), que prevêm o corte de 25% nos salários dos servidores, estão tramitando no Congresso Nacional. São elas: a PEC Emergencial nº 186/19 e a PEC 188.

De acordo com as PECs, os salários e jornadas dos trabalhadores poderão ser reduzidos, quando houver uma crise financeira. O texto não detalha o que seria esse momento e não estipula um prazo para o fim de sua vigência. Ou seja, os salários poderão ficar reduzidos a partir do momento e pelo tempo que o governo Bolsonaro desejar.

A redução dos salários alcança os servidores da União, dos estados e municípios, caso as suas despesas excedam 95% das receitas. A PEC prevê ainda o congelamento de concursos, promovendo um corte ainda maior de investimentos no serviço público.

Servidores vão reagir

Embora tente também desmentir os cortes, o governo Bolsonaro nunca abandonou a ideia de aprofundar os ataques aos servidores e aos serviços públicos, seja por essas PECs, seja ainda pela PEC 32 da reforma Administrativa, ressalta o secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional e servidor público do estado de São Paulo, Ariovaldo de Camargo.

“É mais uma tentativa de quem quer destruir a carreira do funcionalismo que terá reflexos na qualidade da prestação do serviço público e até mesmo a sua suspensão porque os servidores não vão aceitar pacificamente uma medida draconiana “diz.

Reforma Administrativa privatiza o serviço público e abre espaço para corrupção

Segundo o dirigente, os servidores podem suspender os atendimentos dos serviços públicos com uma greve da categoria, pois o arrocho salarial já vem ocorrendo há quatro anos.

“O governo diz que a redução de salários dos servidores, do salário mínimo e das aposentadorias não está no horizonte, mas costumo dizer que, sempre que se nega muito uma ação é porque está de fato nos planos, num período mais próximo. Espero os servidores tenham em mente isso e não reelejam Bolsonaro.”, destaca Ariovaldo.

A resistência aos planos do atual presidente de acabar com o funcionalismo pública passa pelo resultado do segundo turno das eleições presidenciais, em 30 de outubro, analisa Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (Condsef).

“Eles [governo] querem retirar tudo que temos direito após as eleições. Já fizeram isso com os trabalhadores da iniciativa privada com a reforma Trabalhista e da Previdência. Agora estão vindo atrás dos servidores. Por isso que para nós é fundamental não permitir a sua reeleição, que será um cheque em branco para eles continuarem fazendo maldades”, diz Sérgio Ronaldo.

“O projeto desse governo é retroagir 34 anos, antes da promulgação da Constituição de 1988, acabando com os concursos públicos, a estabilidade, e todos os direitos trabalhistas. Só estão segurando essas maldades por causa da eleição”, enfatiza Sérgio Ronaldo.

Fonte: Rosely Rocha com edição de Marize Muniz – CUT Brasil

Quase metade das armas no Brasil está com registros vencidos

Brasil tem hoje quase seis milhões de armas. Flexibilização do porte, por meio de decretos no governo Bolsonaro aumentou em mais de 260% o número de cidadãos armados no país

AGÊNCIA BRASIL



O ataque a tiros de fuzil e granadas do ex-deputado Roberto Jefferson contra policiais federais, no último domingo (23), trouxe à tona uma realidade preocupante na sociedade brasileira. A flexibilização das regras de autorização para porte a caçadores, atiradores e colecionadores, conhecidos como CAC's, aumentou 262% durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). De julho de 2019 a março de 2022, o número de pessoas com licença passou de 167.390 para 605.313.

E muitos CACs portam armas ilegalmente já que as autorizações estão vencidas, como é o caso do ex-deputado bolsonarista que atacou os policiais.

Hoje, quase 6 milhões de armas de fogo estão cadastradas no sistema da Polícia Federal. Quase metade (47%) estão com registro vencido e a fiscalização não funciona como deveria. Muitas das armas podem estar em posse do crime organizado.

As armas em posse do ex-deputado são um exemplo dessa falta de fiscalização. O arsenal de Jefferson estava com registro suspenso por ele estar em prisão domiciliar, portanto ele não deveria estar portando nem armas nem munição. Além disso, o porte de granadas, ainda que de efeito moral, como alegou o ex-deputado, é proibido pelo Exército.

Em entrevista ao Jornal Nacional, o presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal de Minas Gerais, Rodrigo Teixeira, afirmou que somente em 2022 foram apreendidas pela PF quase 10 mil armas nesta situação, apesar da falta de efetivo para a busca de armas irregulares.

Menos fiscalização, mais armas circulando

A cientista social Giane Silvestre, pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), alertou em entrevista ao Brasil de Fato para os vários riscos do acesso ampliado a armas. Ela destacou, entre outras consequências, que o trabalho das polícias fica dificultado e os agentes de segurança ficam sob risco ainda maior.

“O controle dessas armas feitas pelo Exército é muito ruim. O controle mesmo já era bastante ruim antes desses decretos, pois há vários sistemas que não se comunicam. Tem um sistema da Polícia Federal, um sistema nacional e um sistema do Exército. Cada um tem uma espécie de competência para fiscalizar. Os sistemas não são integrados, não conversam, então a fiscalização é muito mais frágil nesse contexto de facilitação”, disse Giane ao repórter Rodrigo Chagas.

Fonte: Redação CUT/Texto: André Accarini |
Editado por: Marize Muniz

Gerentes do BB denunciam pressão e assédio ‘nunca antes vistos’

Cobranças são realizadas diversas vezes ao dia, incluindo reuniões virtuais em horários além do expediente



Funcionários que atuam como gerentes gerais (GG) no Banco do Brasil denunciam forte assédio e pressão para atingir metas como nunca enfrentado anteriormente. “As cobranças são realizadas de duas formas: reuniões de áudio várias vezes ao dia, principalmente no fim de expediente, cobrando o que já foi cobrado; além da exigência de entrega de uma planilha de produção ao término do expediente”, contou o funcionário do BB e diretor do Sindicato de Jundiá, Álvaro Pires da Silva.

Os gerentes pontuam que o banco possui tecnologia para acompanhar todo o processo online. Portanto, a exigência de produzir uma planilha, além do sistema usual, é avaliada pelos funcionários como “um instrumento de tortura” e para produzir provas contra o gestor a respeito de sua capacidade. “Alguns gerentes não repassam para os subordinados as exigências, mas muitos acabam repassando a cobrança, inclusive para escriturários”, destacou Álvaro.

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, alertou que “a gestão pelo assédio”, com base em metas cada vez mais abusivas e inatingíveis, impacta diretamente a saúde de todos os bancários, não só dos gerentes gerais.

“Todos acabam sendo submetidos às mesmas pressões”, explicou. “A direção do BB precisa esclarecer a razão de estar acontecendo esse tipo de cobrança, várias vezes ao dia, e por que essa obrigação de uma planilha, além dos mecanismos de acompanhamento de funções que já existem na empresa”, completou.

Álvaro pontuou ainda que, até mesmo gerentes que vinham respondendo às exigências cada vez maiores das lideranças, estão agora se manifestando contra o novo e surpreendente modelo de cobrança. “Poucos funcionários conseguem, tranquilamente, fazer a planilha. Mas, os que não conseguem ficam constrangidos e sofrem psicologicamente”, pontuou.

Enfraquecimento do BB

Fernanda Lopes, secretária de Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e bancária do BB, enfatiza que está ocorrendo uma redução de agências e funcionários, junto à escalada de pressão por metas:

“Nos últimos quatro anos, temos sofrido com o encolhimento do banco. No período, foram fechadas mais de 1.500 agências e reduzido em mais de 10.500 o número de funcionários. As metas, por outro lado, continuam subindo. Por isso nós defendemos a volta do fortalecimento do BB como um banco público, alinhado com o desenvolvimento do país e presente nas regiões onde os bancos privados não querem atuar, que são as pequenas cidades e periferias”, concluiu.

Fonte: CONTRAF

Mudanças na área social feitas por Bolsonaro humilham os pobres, diz Tereza Campello

Para ex-ministra de Combate à Fome do PT, mudanças feitas pelo governo Bolsonaro no atendimento aos mais pobres não atendem as suas necessidades e humilha quem mais precisa de programas sociais

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)



Apesar de fazer propaganda massiva e mentirosa de que é o autor do auxílio de R\$ 600, escondendo que foi o Congresso Nacional que aprovou a medida, Jair Bolsonaro, que queria dar apenas R\$ 200, tenta novamente enganar a população afirmando que os R\$ 600 vão continuar no ano que vem. Basta ler o Orçamento da União para 2023 que qualquer pessoa vai verificar que esse valor não será mais pago.

Além dessa mentira, Bolsonaro dificultou o acesso ao auxílio, obrigando as pessoas a baixarem aplicativos em celulares, num país

em que o acesso à internet é precário e de alto custo. Isto provocou imensas filas nos postos de recadastramento do Cadastro Único (CadÚnico), fazendo com que idosos, mães com bebês e trabalhadores com alguma deficiência ficassem horas e até dois dias nas filas aguardando uma senha para não perderem o direito ao Auxílio Brasil.

“Os pobres estão sendo humilhados”, declarou a ex-ministra do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, Tereza Campello, no governo de Dilma Rousseff (PT), em entrevista publicada pelo jornal Folha de São Paulo. Ela

adjetivou como absurdo, esdrúxulo, atrasado e desumano para definir os resultados das alterações na área social feitas pelo governo.

A ex-ministra entende que a desarticulação de programas sociais como o Farmácia Popular, o Brasil Carinhoso e os cortes na assistência social de forma permanente, sem atualizar os valores – a projeção para o ano que vem é de R\$ 49 milhões, enquanto na sua gestão chegou a R\$ 3 bilhões, geraram um problema estrutural nos municípios, porque é na porta da prefeitura que essas pessoas vão bater.

Além das críticas, Tereza Campello, contou algumas propostas que devem ser colocadas em prática num eventual governo Lula, a partir do ano que vem, envolvendo não somente transferências financeiras, como rendas indiretas: creches, merenda escolar, Farmácia Popular, entre outros programas que beneficiam a população, fazendo com que ela não precise desembolar mais dinheiro para ter acesso a medicamentos, alimentação na escola e educação, entre outros.

Ela, no entanto, alerta que diante do desmonte do atual governo e do rombo nas contas públicas que Bolsonaro tem feito para tentar ganhar essas eleições é preciso primeiro tomar pé da situação.

“Seguiríamos com esse processo gradualmente, porque não é apenas isso que temos de fazer. Hoje, não tem dinheiro para creche, para merenda escolar ou para o Farmácia Popular, que para essas famílias são rendas”, disse ao jornal.

Para atender a cerca de 20 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social, Tereza cita como meta manter os R\$ 600 do auxílio e garantir um adicional de R\$ 150 a crianças de zero a seis anos. Um exemplo: uma mãe com duas crianças receberia os R\$ 600 mais R\$ 150 por uma criança e R\$ 150 pela outra criança. O total seria R\$ 900.

Para a ex-ministra essa é uma questão estratégica, pois uma criança submetida à fome

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

nos seis primeiros anos de vida sofre de forma diferente da de um adulto.

Retomar o programa Brasil Carinhoso, que funcionava. Criado em 2012, no governo Dilma era voltado para a primeira infância e integrava o Plano Brasil Sem Miséria, composto por ações destinadas ao apoio de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família com crianças de até seis anos de idade através da melhoria na educação, saúde e renda.

Bolsonaro colocou no lugar o Auxílio Criança Cidadã, que dava voucher, um vale creche, para a mulher que arrumasse um emprego. A creche deveria ser privada, não poderia ser pública ou conveniada. Tereza aponta um grande erro do governo nessa mudança, tanto que nenhum centavo foi gasto. Segundo ela, é uma coisa completamente esdrúxula.

“Primeiro, mulher quer trabalhar e não precisa de estímulo. Segundo porque, muitas vezes, ela não consegue trabalho exatamente porque não tem onde deixar a criança. Então, se ela achar o trabalho, aí ela ganha o voucher? Tem uma inversão aí, porque, antes de tudo, você tem que ofertar a vaga —que é um direito da criança, não só da mulher— e, depois, a mulher pode procurar o emprego”, disse.

Outro grande erro do governo Bolsonaro é dar os R\$ 600 do auxílio Brasil independentemente do número de pessoas na família. Um homem sozinho pode ganhar os R\$ 600, assim como uma mãe solo com dois filhos.

“Em 2012, criamos um benefício variável, segundo a severidade da pobreza de cada família. Uma mãe pode não ter trabalho, a outra pode ser faxineira. Além de mais justo, era de menor custo-benefício. Como cadastro foi desorganizado e falta renda, agora, nós temos que usar esse valor igual para todo mundo”, conclui Tereza.

Fonte: Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF